

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES: UM DIÁLOGO ENTRE SABERES HISTÓRICOS E PSICANALÍTICOS

GENDER VIOLENCE AND SUBJECTIVES: A DIALOGUE BETWEEN HISTORICAL AND PSYCHOANALITIC KNOWLEDGE



EMILLY CHRISTINA DAMASCENO DE ALMEIDA¹⁷²

HEVELLYN CIELY DA SILVA CORRÊA¹⁷³

Resumo

A violência de gênero contra as mulheres configura-se enquanto um fenômeno de múltiplas facetas e, nesse sentido, não se reduz ao dano à integridade física, sobrepondo-se aos modos de subjetivação, isto é, aos modos como determinados sujeitos se constituem e são afirmados socialmente (BANDEIRA, 2014). Diante disso, o presente artigo objetiva compreender como se construíram, historicamente, as violências que atualmente tipificam-se como violências de gênero, sobretudo a sua dimensão simbólica que destina as mulheres ao lugar de objetos do discurso e produz sofrimentos psíquicos. Para tanto, ao partir de perspectivas histórica e psicanalítica, recorre à noção de negação da palavra pública proposta por Michele Perrot (1998) e tem como recorte a escuta freudiana oferecida às mulheres ditas “históricas”, a partir dos quais pôde-se verificar que um real enfrentamento a esta problemática requer um olhar cuidadoso e crítico, fundamental para pensá-la não como um fenômeno individual, tampouco como uma demanda exclusivamente de cunho social.

Palavras-chave: violência de gênero; violência simbólica; subjetividade; histeria; psicanálise.

Abstract

Gender violence against women is configured as a phenomenon of multiple facets and, in this sense, it is not reduced to damage to physical integrity, overlapping the modes of subjectivation, that is, the ways in which certain subjects are constituted and are affirmed socially (BANDEIRA, 2014). In view of this, the present article aims to understand how the violence that is currently typified as gender violence was historically constructed, especially its symbolic dimension that assigns women to the place of objects of discourse and produces psychological suffering. In order to do so, from historical and psychoanalytic perspectives, it resorts to the notion of denial of the public word proposed

¹⁷² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBIC FAPESPA. E-mail: emillyalmeida2091@gmail.com.

¹⁷³ Psicanalista. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Psicologia. Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail: hevellyn@ufpa.br.



by Michele Perrot (1998) and uses the Freudian listening offered to so-called “hysterical” women, from which it was possible to verify that a real confrontation with this problem requires a careful and critical look, fundamental to think about it not as an individual phenomenon, nor as an exclusively social demand.

Keywords: Gender violence; Symbolic violence; subjectivity; Hysteria; Psychoanalysis.

Introdução

A problemática das violências de gênero – como pauta reivindicatória das militâncias feministas e objeto de estudo das ciências humanas – é relativamente recente. A década de 1980 marca o momento em que a violência contra a mulher é evidenciada pelos feminismos e, com a introdução da categoria de análise *gênero*, amplia-se a própria concepção de violência, o que contribuiu para uma melhor compreensão dos seus caracteres plural e estruturante dos modos de organização social que têm como base a diferença sexual¹⁷⁴. Nesse sentido, as violências de gênero revelam-se enquanto um fenômeno de múltiplas facetas, o qual não se reduz ao dano à integridade física, atravessando os modos de subjetivação, isto é, os modos como determinados sujeitos se constituem e são reconhecidos no tecido social.

Esta dimensão da violência é o foco do presente trabalho, o qual será direcionado para duas perspectivas: histórica e psicanalítica. Na medida em que compreendemos tais perspectivas enquanto fundamentais para pensar a violência não como um fenômeno individual, tampouco como uma resposta exclusivamente de cunho social, nossa investigação buscará se debruçar nas possíveis interseções entre sujeito e cultura, que tornam as violências de gênero um fenômeno complexo e, como tal, requer um olhar cuidadoso e crítico.

Diante disso, a partir do diálogo estabelecido entre as militâncias feministas e as ciências humanas, verificamos que a compreensão das violências de gênero e modos de subjetivação necessariamente perpassa pela historicização da dicotomia público/privado¹⁷⁵. Ao contrário do que se pressupunha nas clássicas teorias políticas, tal dicotomia revela-se enquanto um dispositivo, de caráter ideológico, estreitamente vinculado à construção moderna dos modelos de masculinidade e feminilidade. Destaca-

¹⁷⁴ BANDEIRA, L.; AMARAL, M. Violência, corpo e sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feminista, gênero e raça/cor/etnia. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, n. 11, p. 48-85, 2017.

¹⁷⁵ OKIN, S. Gênero, o público e o privado. In: **Rev. Estudos Feministas**, v. 02, n. 16, p. 305-332, 2008.



se a tentativa de invisibilização da divisão sexual do trabalho na base da dicotomia público/privado, a qual manteve o espaço privado do lar e o modelo burguês de família transcendentemente de seus cunhos histórico e político.

Desse modo, historicizar a delimitação entre a esfera pública e a esfera privada não apenas contribui para evidenciar as relações de poder e as violências que estruturam o ambiente doméstico, como também as consequências concretas sobrepostas aos corpos, às sexualidades e às representações das mulheres – em última análise, as violências vinculadas à imposição desse modelo de feminilidade, cuja negação da palavra pública¹⁷⁶ é um de seus principais operadores, com efeitos sociais e subjetivos.

Das violências contidas na recusa e invalidez da palavra dita feminina, tem-se a histerização deste corpo, isto é, o controle de suas sexualidades e das maneiras pelas quais o corpo feminino é significado socialmente, produzindo sofrimentos particulares, porém, com estreita relação com o lugar público ocupado pela mulher ou, para ser mais preciso, recusado à mulher¹⁷⁷. É nesse sentido que nossa perspectiva psicanalítica irá se direcionar às mulheres do século XIX identificadas como histéricas, as quais estavam submetidas ao modelo de feminilidade que lhes negava sobretudo o direito à palavra; sendo a escuta freudiana um espaço de circulação de suas narrativas, temos um significativo recorte para evidenciarmos estas violências que não necessariamente alcançam o corpo físico (embora perpassem-no), mas, e sobretudo, são produtoras de subjetividades.

Portanto, diante da noção, já antecipada neste preâmbulo e mais detalhada a seguir, de negação da palavra pública, e tendo como recorte a escuta freudiana oferecida às mulheres, a qual inaugurou o próprio trabalho psicanalítico e a noção de inconsciente, o presente artigo tem como objetivo melhor compreender como se construíram, historicamente, as violências que atualmente tipificam-se como violências de gênero – sobretudo a sua dimensão simbólica produtora de subjetividades. Para tanto, divide-se em: i) apresentar a concepção moderna de público/privado e a proposta perrotiana de negação da palavra pública à qual as mulheres estavam submetidas; ii) discorrer acerca da origem social do sofrimento sintomático das histéricas na clínica psicanalítica, estreitamente vinculado à imposição do modelo moderno de feminilidade; e iii) destacar a problemática da violência de gênero contra a mulher na contemporaneidade, a partir da intersecção de saberes.

Público/privado, masculinidade/feminilidade

¹⁷⁶ PERROT, M. (1998). *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

¹⁷⁷ KEHL, M. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 2007.



A concepção de público e privado é relativa ao contexto cultural, histórico e político de um determinado período e, portanto, a sua delimitação é variável. Diante disso, para uma melhor compreensão das violências de gênero, justifica destacar a dicotomia público/privado construída na Europa a partir do século XVIII, sob a qual delimita-se um modelo de indivíduo pautado na razão e uma nova configuração da vida social: agora, essa seria dividida entre a esfera pública – sobretudo o espaço político no qual o indivíduo racional ganharia voz – e a esfera privada – o espaço doméstico, inviolável, que tem como centro a família.

Embora sobrepostas enquanto verdades absolutas e universais, transcendentais aos seus caracteres histórico e ideológico, tais delimitações acompanharam o estabelecimento de um discurso hegemônico no qual também dicotomiza-se masculino/feminino, masculinidade/feminilidade. Nesse sentido, na base da dicotomia moderna público/privado encontra-se o construto da diferença sexual e as relações de poder estruturantes da esfera privada e do modelo burguês de família – fatos estes invisibilizados pelas clássicas teorias políticas¹⁷⁸.

Desse modo, de acordo com Perrot, uma compreensão crítica das esferas pública e privada necessita evidenciar como se deu, historicamente, a construção ocidental de diferença sexual. É o que a autora denomina de divisão sexual dos espaços¹⁷⁹, isto é, um modo de organização espacial da vida social e, em última análise, de divisão sexual do trabalho. Assim, não apenas delimitam-se os espaços público e privado: do primeiro, representado sobretudo pelo espaço político, as figuras masculinas estariam aptas a participar – capazes, por excelência, do exercício da racionalidade. Em relação ao espaço privado, representado pelo lar e pela família, esse estaria irredutivelmente destinado às mulheres.

Esta tentativa de vinculação moderna entre privado-feminilidade-mulher é destacada por Kehl como uma produção inédita de discursos a partir dos quais buscou-se

promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade, [relegando-as a] um único lugar social – a família e o espaço doméstico –, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade.¹⁸⁰

A maternidade, assim, conjugaria diferentes atributos e funções restritas às mulheres, unindo o cuidado e o privado sob o signo da marca biológica da reprodução.

¹⁷⁸ OKIN, S. Gênero, o público e o privado. In: *Rev. Estudos Feministas*, v. 02, n. 16, p. 305-332, 2008.

¹⁷⁹ PERROT, M. (1998). *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

¹⁸⁰ KEHL, 2007, p. 47-48.



Nesse sentido, como pontuado por Perrot, dois principais argumentos sustentaram tais discursos: o naturalista e o utilitário¹⁸¹. Em relação ao primeiro, tem-se a busca por uma base biológica da diferença sexual e, portanto, da dicotomia público/privado. Aqui, se constrói a noção de que as mulheres “formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes”¹⁸² e, portanto, um modelo de “Mulher” reduzido a um corpo sexuado destinado às funções reprodutivas e domésticas.

Por sua vez, o argumento utilitário, que tem como base o naturalista, encontra-se na supervalorização deste modelo de “Mulher” linearmente ligado ao privado, à feminilidade e às funções que em específico esse corpo exerceria. Funções essas que, em última análise, estariam assegurando o átomo da sociedade burguesa: a família. Assim, assegurar um bom funcionamento da família seria, para este discurso hegemônico, assegurar o bom funcionamento da sociedade como um todo. Em última análise, é de modos de subjetivação e afirmação social de que se trata: esta nova concepção de “Mulher” concebe a adequação ao imperativo da feminilidade como o principal meio de as mulheres afirmarem-se e serem reconhecidas socialmente, além de normatizar seus desejos e modos de existência.

É interessante observar as contradições nesta delimitação do espaço doméstico destinado às mulheres e do modelo burguês de família pelo qual estariam encarregadas de zelar – os quais passam a ser concebidos como predeterminados. Sob a ilusória noção de igualdade entre os sexos nesse espaço, o imperativo de “Rainhas do Lar” encobre a dinâmica familiar hierárquica centrada na dominação masculina. Como pontuado por Perrot¹⁸³, a esfera privada do lar é um reflexo da própria organização da sociedade burguesa baseada na desigualdade entre os sexos e, no lugar onde, supostamente, garante-se o direito individual – imprescindível à lógica liberal –, as mulheres também têm seus corpos e suas subjetividades violados. O que se verifica é uma naturalização das violências que atravessam os corpos femininos dentro do ambiente doméstico – naturalização essa que só se tornou uma problemática dois séculos depois e, ainda assim, se reatualiza nos lares contemporâneos¹⁸⁴.

¹⁸¹ PERROT, 2017.

¹⁸² KEHL, 2007, p. 48.

¹⁸³ PERROT, 2017.

¹⁸⁴ BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 02, p. 449-470, 2014.



Como já ressaltado, as violências constituintes da dicotomia público/privado perpassa pelos dispositivos espaciais, isto é, pela divisão sexual dos espaços físicos. Contudo, é necessário destacar a dimensão simbólica dessas violências sobrepostas às mulheres, das quais o dano à integridade física representa a máxima – e, ainda assim, não se dá de maneira isolada. É nesse sentido que Perrot proporrá a noção de negação da palavra pública, na medida em que trata do

caso da palavra das mulheres. [...] O que é recusado às mulheres é a palavra pública. [...] Se trata sempre de *uma palavra não convidada, jorrada das fraturas e das margens*. Pois o poder, mesmo herético, teme a palavra das mulheres. Ele fechou-lhes a boca rapidamente. *Restaurar a ordem é impor silêncio às mulheres*¹⁸⁵ (grifo nosso).

Assim, embora Perrot discorra sobretudo acerca da participação política das mulheres, a partir de tal noção podemos evidenciar a impossibilidade de reconhecimento e afirmação enquanto sujeitos no tecido social ou, para ser mais preciso, a impossibilidade de uma afirmação social que escape à lógica privado-feminilidade-mulher, configurando-se como um tipo de violência. A negação da palavra pública serve-se enquanto um dispositivo que submete as mulheres à condição de Outro¹⁸⁶, incapazes de narrarem suas próprias histórias enquanto sujeitos. Portanto, “a palavra não convidada” estaria aqui vinculada às tentativas das mulheres de rompimento com o modelo de feminilidade imposto, tentativas essas que, como Perrot ressalta, é temida e, sistematicamente, silenciada.

Paralelo a esta construção do íntimo como lugar privilegiado das mulheres, irá se construir também o público como lugar eminentemente masculino, no qual aos homens é demandada a execução dos papéis em que “razão”, “política” e “virilidade” se contrapõem a “emoção”, “cuidado” e “delicadeza” demandados das mulheres. Neste sentido, o movimento sócio-histórico que constrói padrões de feminilidade, constrói igualmente a masculinidade, delimitando os papéis que sustentam esta mesma divisão sexual e social, o que deve ser destacado para nossos objetivos, já que pensar a violência de gênero, também por seu viés social, implica a não naturalização dos principais agentes desta violência. Ou seja, mesmo que não nos dediquemos em específico à construção da masculinidade, temos em nosso horizonte que a violência de gênero parte da própria engrenagem social que sustenta o masculino e o feminino, este com o signo de inferioridade em relação àquele.

¹⁸⁵ PERROT, M. (1998). **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 463-464.

¹⁸⁶ BEAUVOIR, S. (1949). **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.



Perrot, em obras como “Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros”¹⁸⁷ e “As Mulheres ou os silêncios da História”¹⁸⁸ faz um longo trabalho buscando compreender os sentidos construídos historicamente em torno do feminino, mostrando o papel coadjuvante dedicado à mulher desde a passagem da monarquia para o Estado republicano, cujo marco é a revolução francesa, até a revolução industrial, em que o trabalho das mulheres nas fábricas era acompanhado de ideais que, mesmo que as distinguissem da figura da mulher burguesa, mantinham a hierarquia entre os sexos dentro da classe trabalhadora. De modo geral, a pesquisa histórica direcionada à construção do modelo burguês do Estado Democrático de Direito mostra que, para além das bandeiras por igualdade, o feminino se mantém referido a um imaginário de menor poder.

Esta busca pelas origens do imaginário que, ainda hoje, se atualiza de diferentes maneiras na sociedade, vai ainda mais longe com a análise empreendida por Federici¹⁸⁹ sobre o lugar do feminino na idade média, onde a autora mostra o quanto a figura da bruxa vinculada ao feminino foi de extrema importância para ascensão de uma classe burguesa, que precisava garantir a reprodução e aumento da população na Europa na baixa idade média, ao mesmo tempo em que buscava um acúmulo de terras, mostrando assim uma politização das práticas eróticas e da maternidade. Numa certa oscilação entre registro corporal e os papéis sociais, o que salta aos olhos, nestes diferentes marcos históricos, é a tentativa de circunscrever o feminino em um ou outro destes lugares, havendo assim uma construção discursiva da feminilidade que, qualquer tentativa de escape, encontra diferentes formas de violência.

De acordo com Kehl¹⁹⁰, as tentativas de rompimento com a construção discursiva da feminilidade historicamente foram submetidas à dispositivos de controle – saberes filosóficos, políticos, teológicos, médicos, científicos – os quais, em última análise, patologizaram o que escapasse ao construto da diferença sexual. É o caso das históricas do século XIX, um significativo retrato de mulheres em tensionamento com o modelo de feminilidade, o qual negava-lhes sobretudo o direito à palavra, isto é, o direito de terem as suas falas validadas. Neste quadro é que Freud, em alguma medida, irá romper com

¹⁸⁷ PERROT, 2017.

¹⁸⁸ PERROT, 2005.

¹⁸⁹ FEDERICI, S. (2004). **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação** primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

¹⁹⁰ KEHL, 2007.



este movimento patológico sem, contudo, abandonar completamente alguns pressupostos acerca do feminino.

A escuta da palavra feminina pela psicanálise

Tomar a histeria como paradigma inicial da psicanálise para pensar as possíveis fissuras na noção de feminino, e as violências que tal noção imprime, parece um contrassenso, já que, de saída, falamos de um homem (Freud) construindo saberes a respeito de mulheres e, ainda que se contrapondo a saberes outros, também construídos majoritariamente por homens, não deixamos de reconhecer as linhas sociais que parecem inescapáveis e nos levam de volta à leitura de Perrot (1998): aos homens, o lugar da razão. Sem nos afastar defensivamente deste quadro, a partir de seu reconhecimento podemos pensar o quanto a contradição está colocada não apenas nesta produção masculina de saber sobre o feminino, mas também, e sobretudo, naquilo que a histeria tem de escape à busca de conhecimento e, assim, se impôs como aquilo que Kehl destaca como a “salvação das mulheres”, uma vez que carrega consigo a denúncia de todo o edifício patriarcal da virada do século XIX para o século XX¹⁹¹.

Desta maneira, o significante “salvação” não diz respeito ao fenômeno clínico que imprime grande sofrimento, através de conversões no corpo, tampouco está ligado de forma inequívoca à mulher¹⁹², mas nos ajuda a tomar a histeria como algo que se fez escutar e, reiteradamente, se recusar aos parâmetros médicos e filosóficos de seu tempo. Em relação à psicanálise, sua importância é ainda maior, pois é do recolhimento disto que se faz escutar, que a noção de inconsciente deixa de ser pensada apenas em oposição à consciência e volição¹⁹³, e é tomada em estreita relação com a sexualidade. Destarte, o fenômeno clínico passa a reverberar a opressão da mulher, naquilo que não cabe nas amarras, aparentemente inescapáveis, do social, a saber, a sexualidade.

A partir de um interesse médico, de apreender um quadro que contradizia a neurologia e a psiquiatria¹⁹⁴, o que Freud¹⁹⁵ encontra é a sexualidade como aquilo que não se apaga, mesmo diante da moralidade burguesa que supõe um lugar fixo para a

¹⁹¹ KEHL, 2007.

¹⁹² Como o próprio termo Histeria (do grego *Hystéra*: útero) vem demarcar sua estreita relação com a mulher, demonstrando uma associação com o feminino muito antes dos trabalhos freudianos.

¹⁹³ Aqui compreendida enquanto função psíquica ligada à ação, através da qual uma decisão é tomada conscientemente.

¹⁹⁴ GARCIA-ROZA, L. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

¹⁹⁵ FREUD, S. (1895). Estudos Sobre a Histeria. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.



mulher, e com isso podemos dizer que alcança um terreno que também interessa ao feminismo. A este respeito, diz Iaconelli:

Se o diagnóstico de histeria é a interpretação patologizante do sofrimento da mulher frente à opressão social em tempos de discurso patriarcal e, ao mesmo tempo, pedra fundamental do método psicanalítico, então, a relação entre psicanálise, mulher e feminismo se mostra inextricável. Se o sintoma histérico é o “pontapé inicial” da escuta psicanalítica e, ao mesmo tempo, uma das forças de resistência das mulheres em tempo de feminismo nascente, talvez não possamos pensá-los separadamente.¹⁹⁶

Em que pese as diferenças entre feminismo e psicanálise, tanto em seus fins quanto em seus meios, podemos afirmar que o interesse pelo caráter erótico, escancarado pela histeria, aponta para as bases repressivas que circulam no social. Assim, a associação entre feminino e privado, que anteriormente debatemos, não pode mais ser explicada apenas pelas condições materiais e econômicas, pois nela se revela também a natureza sexual que se busca reprimir. O importante passo psicanalítico, neste sentido, não se trata apenas de criar saberes sobre o sofrimento feminino, mas de apontar que, justamente a partir do fracasso dos ideais repressores hegemônicos, temos notícias do sujeito e da cultura.

O sexual, assim, é retirado da concepção exclusivamente biológica, vinculada à procriação, e religiosa, cuja tradição judaico-cristã se coagula com a moralidade moderna; encontrando manifestações também no sintoma histérico, o qual, a um só tempo, traz sofrimento e revela modalidades de satisfação estranhas à consciência. Com isso, a própria concepção de violência encontra outras dimensões, na medida em que implica também um caráter simbólico e, considerando que o tratamento psicanalítico que daí partiu dá grande importância à fala e à linguagem¹⁹⁷, revela que as consequências psíquicas de tal violência alcançam não apenas aquelas mulheres que padeciam de um quadro sintomático de histeria.

Esta perspectiva do caráter simbólico da violência sofrida pelas mulheres está situada na leitura de Freud sobre a histeria, na medida em que o autor retira o quadro clínico de um fenômeno que pudesse ser explicado unicamente pelas manifestações corporais, cujas respostas médicas bastariam, e lhes confere a dimensão inconsciente, a

¹⁹⁶ IACONELLI, V. Mulher Falada. In: FRANÇOIA, C; PORCHAT, P. & CORSETTO, P. (Orgs.). **Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Calligrafie, 2018, p. 45.

¹⁹⁷ O termo *cura pela fala*, usado pela paciente Anna O. para designar o trabalho de Breuer e Freud (1895) que, segundo ela, promoveria uma “limpeza de chaminé”, mostra novamente a importância da histeria na inauguração do próprio método psicanalítico, cuja importância da fala, mesmo com as mudanças ocorridas nos conceitos e no modo de se pensar a dinâmica clínica, mantém sua importância até os dias atuais.



qual está ligada à fala e à linguagem. No entanto, é com Lacan¹⁹⁸ que o simbólico alcança maior importância, dizendo respeito ao registro onde inconsciente e linguagem têm um caráter estrutural que, assim como diz respeito à singularidade de cada sujeito, está situado na cultura e seu modo de laço social. Logo, a noção de violência simbólica da qual partimos considera a dimensão do simbólico como algo que, por anteceder o sujeito e igualmente abrir-lhe possibilidades de mudanças via laço social, em muito contribui para pensarmos o alcance das diferentes violências perpetradas às mulheres, as quais não se limitam à violência física.

Por considerar os efeitos subjetivantes do simbólico, iremos nos direcionar às mulheres com quem Freud se deparou em seu consultório e as violências simbólicas a que estavam submetidas, que culminaram no sintoma histérico. Para tanto, recorreremos brevemente aos enunciados propostos por Kehl¹⁹⁹ acerca do romance *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, cuja personagem ficcional Emma Bovary representa de maneira precisa os tensionamentos entre as mulheres e a construção discursiva da feminilidade na passagem para a modernidade. Nas palavras da autora, “a tragédia de Emma revela, sobretudo, o aspecto da dificuldade, específica das mulheres de então, em criar discursos que respondessem a suas necessidades expressivas emergentes”²⁰⁰.

A narrativa de *Madame Bovary* vai se construindo sob duas contradições modernas: primeira, a noção burguesa de mobilidade social, a partir da qual o indivíduo teria a possibilidade de, ele próprio, traçar seu destino; a segunda, o lugar fixo destinado à mulher, representado pelo casamento, pela maternidade e pela família. É o que Kehl denomina de crise das mulheres modernas, “entre os anseios de tornarem-se sujeitos de um discurso e seu lugar preestabelecido como objetos do discurso formado pelos ideais de feminilidade de seu tempo”²⁰¹.

Embora a personagem de Flaubert não manifestasse o quadro patológico da histeria, tal como este seu sintoma parte da impossibilidade de afirmar-se sujeito para além da lógica privado-feminilidade-mulher, do tensionamento entre tornar-se sujeito do discurso e ser objeto do discurso. Aí está a condição singular da mulher pontuada por Beauvoir, a qual:

descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, [...] O

¹⁹⁸ LACAN, J. (1953). O simbólico, o imaginário e o real. In: **Nomes-do-pai**; trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 9-54.

¹⁹⁹ KEHL, 2007.

²⁰⁰ KEHL, 2007, p. 105.

²⁰¹ KEHL, 2007, p. 182.



drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial²⁰².

Nas mulheres escutadas por Freud, esta reivindicação fundamental de todo sujeito, barrada pelos ideais de feminilidade, encontrou sua saída no sintoma histérico – a palavra jorrada das fraturas e das margens, como bem formulou Perrot (1998). Em Madame Bovary, suas saídas foram diversas – seja através do casamento, do adultério, do consumismo e, até mesmo, do suicídio. A palavra não convidada de Bovary, tal como das históricas, que denunciava o sistema falido do constructo da diferença sexual, obteve como resposta a violência: foi patologizada pelo saber psiquiátrico, significada como um delírio, um escape patológico à realidade e, portanto, deveria ser “curada” ou, mais precisamente, silenciada. Violência essa, portanto, não necessariamente contida em atos agressivos, mas igualmente manifesta na recusa à palavra, que perpassa por esta tentativa de fixar a mulher na posição de objeto do discurso, no qual

Seus anseios latentes não encontram lugar ou palavra; discurso que ela é (ainda) incapaz de dominar ou modificar a seu favor, inscrevendo nele um significante que a represente enquanto sujeito. A resposta a esta forma específica de "mais-alienação" e à impossibilidade de levar adiante [...] os impasses entre os ideais da feminilidade e as demais perspectivas abertas para as mulheres pela modernidade foi a histeria.²⁰³

A resposta a que Kehl se refere não necessariamente se reduz ao patológico, a uma doença. Sobretudo, o sintoma deve ser aqui compreendido como uma demanda particular de cada sujeito, não isolada de reivindicações coletivas. Nesse sentido, cabe-nos pontuar o aspecto das particularidades, imprescindível à Psicanálise, sem a pretensão de escapar às circunstâncias sociais sob as quais os sintomas histéricos e os sintomas de Madame Bovary foram se constituindo, correndo o risco de recairmos na ilusória dicotomia indivíduo/sociedade. Assim, evidenciar as saídas particulares de cada mulher, uma a uma, diante do discurso da feminilidade, tal como Freud se propôs a fazê-lo, é uma forma de contrapor-se ao discurso hegemônico que ao rechaçar o particular também reproduz formas de violência. Como Kehl destaca, “cada mulher em particular é um sujeito em construção, e a feminilidade, um conjunto de representações que tentam produzir uma *identidade* entre todas as mulheres; mas que, por isso mesmo, não pode dar conta das questões de cada sujeito”²⁰⁴ (grifo da autora).

²⁰² BEAUVOIR, 1949, p. 23.

²⁰³ KEHL, 2007, p. 109-110.

²⁰⁴ KEHL, 2007, p. 111.



Portanto, o não dar conta das particularidades de cada sujeito revela a impossibilidade de as mulheres encarnarem, por absoluto, o modelo de “Mulher” imposto: há algo que sempre, em alguma medida, escapará à lógica privado-feminilidade-mulher, como nas históricas e em Madame Bovary. E é na medida em que a violência contra as mulheres não necessariamente perpassa pelo corpo físico para ser igualmente danosa que reiteramos a sua dimensão simbólica, produtora de subjetividades, a qual encontra na negação da palavra e no rechaço das particularidades seu principal meio de exclusão social. Como pontuado por Bandeira²⁰⁵, a principal dificuldade na problemática das violências de gênero está em não considerar esta sua dimensão simbólica, naturalizando a lógica discursiva da dicotomia masculinidade/feminilidade que a estrutura. Nesse sentido, o enfrentamento à violência de gênero contra a mulher necessita pôr em destaque essa lógica discursiva que submete as mulheres à condição de objeto do discurso.

A violência de gênero contra a mulher na contemporaneidade: intersecção de saberes

Diante da análise proposta até aqui, é imprescindível destacarmos o atual cenário. Desde o final do século XX, houve consideráveis avanços, sobretudo nas dimensões política e legislativa, a partir das quais se propôs a elaboração, a nível mundial, de uma Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher²⁰⁶. A nível nacional, tem-se a promulgação da Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, pioneira na politização das violências sobrepostas às mulheres no espaço privado do lar. O reconhecimento político das mulheres enquanto um grupo social e a tipificação das violências com as quais defrontam, decorrentes de reivindicações feministas e de promissoras pesquisas realizadas na área das ciências humanas, contribuíram para evidenciar as violências de gênero enquanto uma problemática e, assim, desnaturalizar o construto da diferença sexual e, em última análise, a lógica discursiva da masculinidade e feminilidade.

Contudo, na medida em que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS)²⁰⁷, a qual vem realizando monitoramento desde meados da década de 1990, a

²⁰⁵ BANDEIRA, 2017.

²⁰⁶ BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 02, p. 449-470, 2014.

²⁰⁷ OMS. (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*. Geneva, World Health Organization. Disponível em:



violência de gênero contra a mulher tornou-se um problema de saúde pública no mundo todo, com um aumento alarmante de casos notificados e subnotificados, cabe-nos refletir, sem desconsiderar tais avanços, sobre a manutenção da lógica que submete as mulheres a objeto do discurso e, portanto, como tem se reatualizado na contemporaneidade. É nesse sentido que Bandeira²⁰⁸ proporrá a intersecção de saberes como um meio possível para um real enfrentamento às violências de gênero, o qual leve em consideração a complexidade de tal fenômeno.

Partimos da proposta de Bandeira para refletir sobre os possíveis diálogos entre os feminismos e a psicanálise, entre saberes históricos e psicanalíticos com os quais nos debruçamos no decorrer do presente estudo, e quais as contribuições destes para esse real enfrentamento. Considerar a dimensão simbólica das violências de gênero contribui para que sejam destacados o dano às subjetividades das mulheres e a impossibilidade de plenamente afirmarem-se socialmente, fatos produtores de sofrimentos psíquicos. E, nesse sentido, pensar em sofrimentos psíquicos decorrentes das violências de gênero requer um certo olhar crítico e cuidadoso na medida em que são produtos de um contexto histórico, social e político e, igualmente, estão atrelados a saídas particulares de cada sujeito.

Portanto, a intersecção entre saberes históricos e psicanalíticos permite justamente lançar luz, sem desconsiderar o dano ao corpo físico, às formas pelas quais as violências se estruturam em modos de organização social que têm como base o construto da diferença sexual, bem como se sobrepõem, historicamente, às tentativas de rompimento com a lógica discursiva da masculinidade e feminilidade (como no caso das mulheres ditas históricas). Além disso, reitera o rechaço ao particular como igualmente danoso, na medida em que massifica e essencializa o processo de “tornar-se mulher”, servindo como uma manutenção da lógica de submissão a objeto do discurso.

Ao seguirmos pela proposta de Bandeira, ressalta-se a necessidade de também se lançar luz sobre os marcadores sociais de raça e classe que se interpõem nas (im)possibilidades de afirmação social das mulheres. Embora o referido trabalho tenha se limitado a um determinado grupo social, consideramos que as violências simbólicas presentes na tentativa de fixar as mulheres como o Outro do discurso, produtoras de sofrimentos psíquicos, perpassa pelo racismo estrutural, como vemos em pesquisas de

http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=FBCBD50EB427197C30F36768EDAF47B3?sequence=3.

²⁰⁸ BANDEIRA, 2017.



Lélia Gonzalez²⁰⁹, Angela Davis²¹⁰ e Françoise Vergès²¹¹, o que reforça o caráter complexo das violências de gênero, as quais alcançam também a produção de conhecimento sobre este tema.

Conclusão

A título de conclusão deste exercício de pensamento, podemos afirmar que um real enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres parte das complexidades de tal fenômeno, em convergência, não exaustiva, entre reivindicações coletivas e demandas particulares. Para tanto, requer não apenas que as tomem enquanto pauta política, no sentido de uma proposta interventiva e pontual, mas principalmente que tais pautas considerem as lógicas discursivas da masculinidade e feminilidade que, historicamente, se construíram.

Neste sentido, aponta-se para a necessidade de elaboração de pesquisas que se debrucem sobre a dimensão simbólica das violências de gênero e, aqui, destacamos o frutífero espaço de diálogo entre os feminismos e a psicanálise²¹² que toma as diferenças entre si como molas propulsoras de discussões e atravessamentos. Operando entre pressupostos históricos e psicanalíticos, torna-se possível destacar violências constituintes que passam sobretudo pela negação da palavra, pelo lugar fixo destinado às mulheres que lhes nega o direito fundamental de narrarem suas próprias histórias enquanto sujeitos.

Data de Submissão: 25/02/2022

Data de Aceite: 21/05/2022

Referências Bibliográficas

AMBRA, P. E. S & SILVA JR., N. S. **Histeria e Gênero: sexo como desencontro**. São Paulo: nVersos, 2014.

²⁰⁹ GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

²¹⁰ DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

²¹¹ VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu editora, 2020.

²¹² LAGO, M. C. S. Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, 2010, p. 189-204. AMBRA, P. E. S & SILVA JR., N. S. **Histeria e Gênero: sexo como desencontro**. São Paulo: nVersos, 2014. FRANÇOIA, C; PORCHAT, P. & CORSETTO, P. (Orgs.). **Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Calligrafie, 2018.



BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 02, p. 449-470, 2014.

BANDEIRA, L. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, C. et al. (orgs.). **Mulheres e Violências: Interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017, p. 14-35.

BANDEIRA, L.; AMARAL, M. Violência, corpo e sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feminista, gênero e raça/cor/etnia. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, n. 11, p. 48-85, 2017.

BEAUVOIR, S. (1949). **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. (2004). **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação** primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANÇOIA, C; PORCHAT, P. & CORSETTO, P. (Orgs.). **Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Calligrafie, 2018.

FREUD, S. (1895). Estudos Sobre a Histeria. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA-ROZA, L. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

IACONELLI, V. Mulher Falada. In: FRANÇOIA, C; PORCHAT, P. & CORSETTO, P. (Orgs.). **Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Calligrafie, 2018, p. 45-50.

KEHL, M. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

LACAN, J. (1953). O simbólico, o imaginário e o real. In: **Nomes-do-pai**; trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 9- 54.

LAGO, M. C. S. Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, 2010, p. 189-204.

OKIN, S. Gênero, o público e o privado. In: **Rev. Estudos Feministas**, v. 02, n. 16, p. 305-332, 2008.

PERROT, M. (1998). **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, M. (1998). **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu editora, 2020.

